

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Relatório da administração 2024

(Valores em milhares de reais)

1. Sobre a Companhia

Em 2024, a Viabahia completou 15 anos à frente da administração das rodovias BR-324, BR-116, BA-526 e BA-528. O trecho concedido constitui a principal via de conexão entre Salvador e o Sudeste do Brasil, abrangendo mais de 680 quilômetros de extensão, conectando 27 municípios e impactando diretamente cerca de 4,7 milhões de habitantes na região.

Superamos a marca de 1.4 milhão de atendimentos realizados aos nossos usuários, desde o início da concessão, uma média superior a sete mil atendimentos por mês, tais como inspeção de tráfego, socorro mecânico, remoção por guincho, suporte pré-hospitalar, captura de animais, combate a incêndio, conservação, apoio à Polícia Rodoviária Federal (PRF) e demais serviços.

Em relação à manutenção, realizamos investimentos acima de R\$ 28 milhões na restauração do pavimento, conservação de OAEs, OACs e terraplenos. Implantamos mais de 190.000m² de sinalização horizontal, 9.900m² de sinalização vertical, e executamos mais de 97km de varrição e limpeza, além de 15,7km de capina e roçada.

Mais de 41 milhões de veículos trafegaram por nossas praças de pedágio, o que representa um aumento de 4,7% no número de veículos pagantes e de 13,33% na receita de pedágio, em comparação ao ano anterior.

Desde 2012, conseguimos reduzir 26,49% do registro de acidentes, 34,49% na taxa de severidade e 57,68,% dos acidentes com vítimas fatais.

As ações realizadas pela Viabahia vão além do perímetro das rodovias e contribuem para o desenvolvimento dos municípios. Mais de R\$ 306,5 milhões em Imposto sobre Serviço (ISS) foram repassados aos municípios do entorno das rodovias, desde o início da concessão. São recursos destinados à administração local para aplicação em áreas como saúde, educação e segurança pública

A Viabahia também se destaca pelas quatro certificações internacionais, renovadas em 2024: ISO 9001 (Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 45001 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 39001 (Gestão de Segurança Viária).

Nossa missão é administrar as rodovias com responsabilidade, promovendo o desenvolvimento sustentável da Bahia e do Brasil, por meio da interação com as comunidades e agregando valor a todas as partes envolvidas. Nesse sentido, no ano de 2024, continuamos participando ativamente de campanhas voltadas para a segurança viária, a exemplo do Movimento Maio Amarelo, Semana Nacional do Trânsito, Café na Passarela e Saúde no Trecho, que, juntas, beneficiaram diretamente mais de 3.300 pessoas, por meio de orientações sobre direção defensiva, travessia segura, sinalização, manutenção preventiva, além de serviços de atenção básica de saúde.

No mês de novembro, encerramos o ciclo 2024 do Projeto Troco Solidário, uma iniciativa que mobilizou motoristas a doarem o troco do pedágio em prol das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID). O projeto arrecadou um total de R\$ 574.505,21, recurso destinado ao Centro Educacional Santo Antônio (CESA) - núcleo das Obras Sociais Irmã Dulce localizado em Simões Filho, que acolhe cerca de 900 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo ensino em tempo integral, além de acesso à arte educação, atividades esportivas, assistência odontológica, alimentação, fardamento e material escolar gratuitos.

Além do Troco Solidário, realizamos outra ação em parceria com as Obras Sociais Irmã Dulce: o programa de voluntariado corporativo Sou Voluntário. Mais de 30 colaboradores da concessionária participaram da iniciativa, dedicando cerca de 1.200 horas a atividades na instituição, como contação de histórias para crianças, atendimento bilíngue aos turistas que visitaram o Memorial de Santa Dulce, interação com idosos acolhidos pela instituição e apoio em diversas áreas operacionais da organização. Essa foi a primeira experiência com o voluntariado corporativo das OSID.

A gestão de talentos humanos é um pilar essencial em nossa estratégia. Nosso objetivo é promover o desenvolvimento e a eficiência de nossa equipe, garantindo que, por meio da Viabahia, nossos colaboradores alcancem seus objetivos profissionais. Em 2024, foram realizadas mais de 1.900 horas de treinamento, e geramos cerca de 1.000 empregos diretos e indiretos.

Por fim, vale destacar que na edição publicada no Diário Oficial da União, de 29 de abril de 2024, o Tribunal de Contas da União/Secretaria-Geral de Controle Externo determinou a abertura de uma Comissão de Solução Consensual para chegar em um consenso e resolver os impasses referentes ao contrato de concessão das rodovias BR-116 e 324. Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e Viabahia passaram a integrar a comissão mediada pelo TCU. No segundo semestre de 2024, a solução consensual alcançada definiu o encerramento das atividades de exploração das rodovias pela Viabahia e a reversão dos bens ao Poder Concedente.

O acordo foi homologado pelo TCU, em 5 de fevereiro de 2025 - conforme os termos estabelecidos na Extinção Consensual nº 04/2024 e nas normativas pertinentes, havendo um processo de transição planejado, em conjunto com a ANTT e o DNIT.

Desejo a todos uma boa leitura.

Atenciosamente,

José Bartolomeu
Presidente da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A

1.1. Introdução

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio Rodobahia ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a Viabahia tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de início do trecho concedido	Referência de fim do trecho concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1 km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2 km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3 km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0 km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a Viabahia pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da Roadis Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

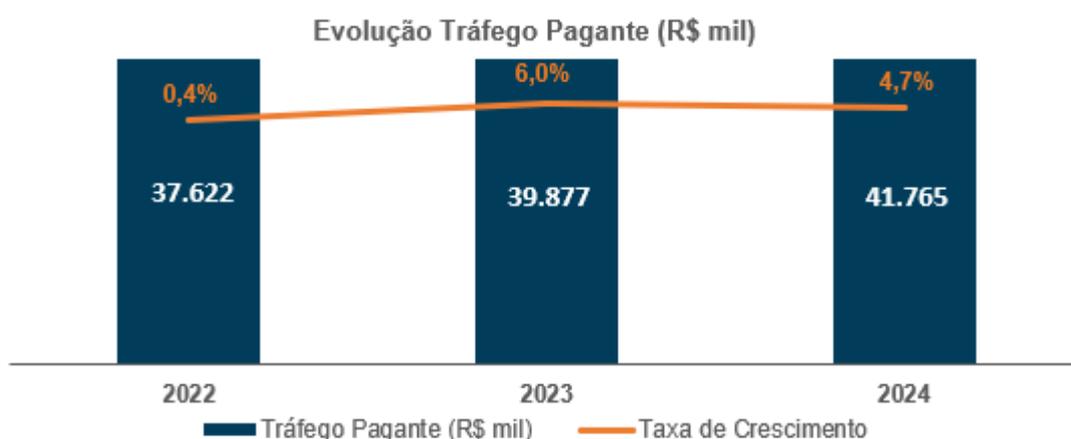
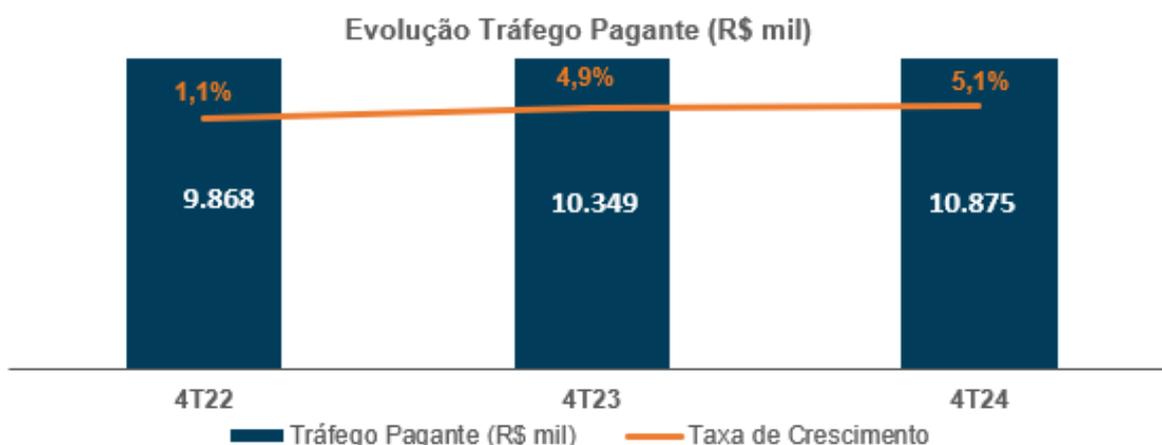
No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da Viabahia passou a ser detido pelo Grupo Roadis.

2. Receita e Mercado

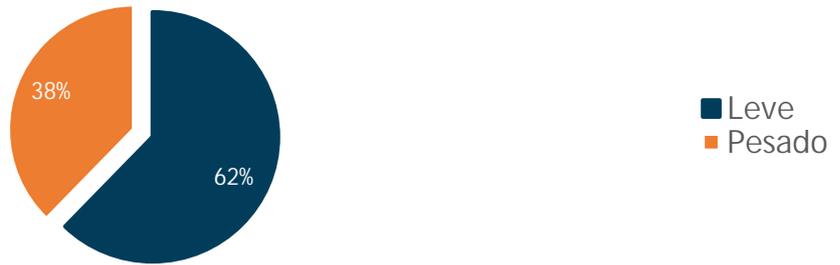
As tarifas de pedágio cobradas pela Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A Concessionária encerrou 2024 cobrando as tarifas de R\$ 3,50 e R\$ 6,10 respectivamente nas BR-324 e BR-116.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023, a Deliberação nº 450/2023 da Diretoria Colegiada da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), de 25 de julho deste ano, aumentado a tarifa de pedágio de R\$ 5,90 para R\$ 6,10, na BR 116 e de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 na BR 324 o reajuste reflete a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em conformidade com o Contrato de Concessão.

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 4T24, registrou-se 10,8 milhões de veículos pagantes contra 10,3 milhões em comparação ao 4T23, uma melhora de 5,1% devido ao aumento de tráfego de veículos leves e pesados impulsionado pela atividade econômica. Já para o ano 2024, registrou-se 41,7 milhões de veículos pagantes contra 39,8 milhões registrado em 2023, um aumento de 4,7% dos veículos pagantes.

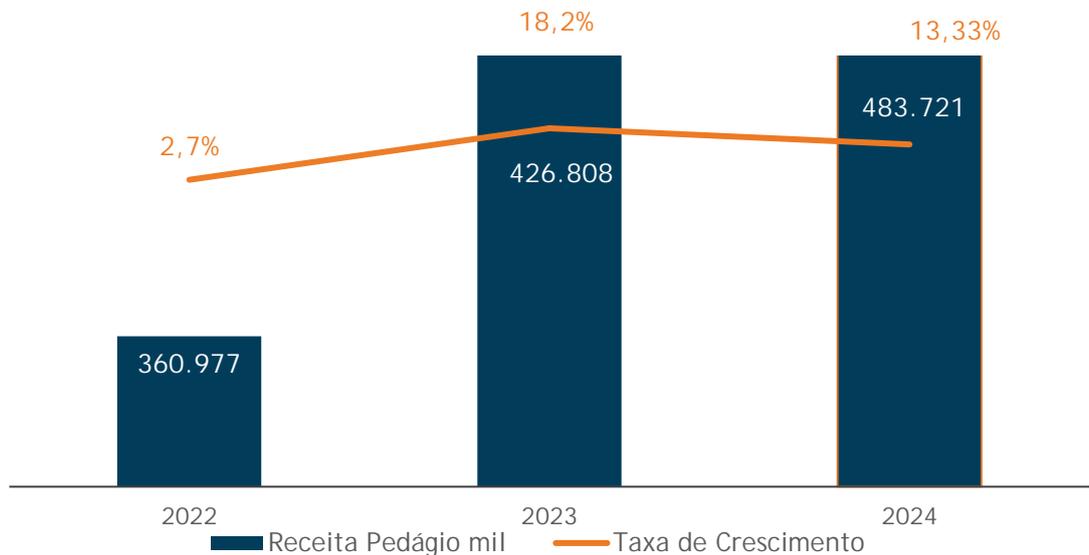


Composição do tráfego pagante 2024



A arrecadação de pedágio em 2024 somou R\$ 483,7 milhões contra R\$ 426,8 de 2023 um aumento de 13,33%, decorrente do aumento do tráfego principalmente dos veículos pesados das categorias 4 e 7.

Evolução faturamento



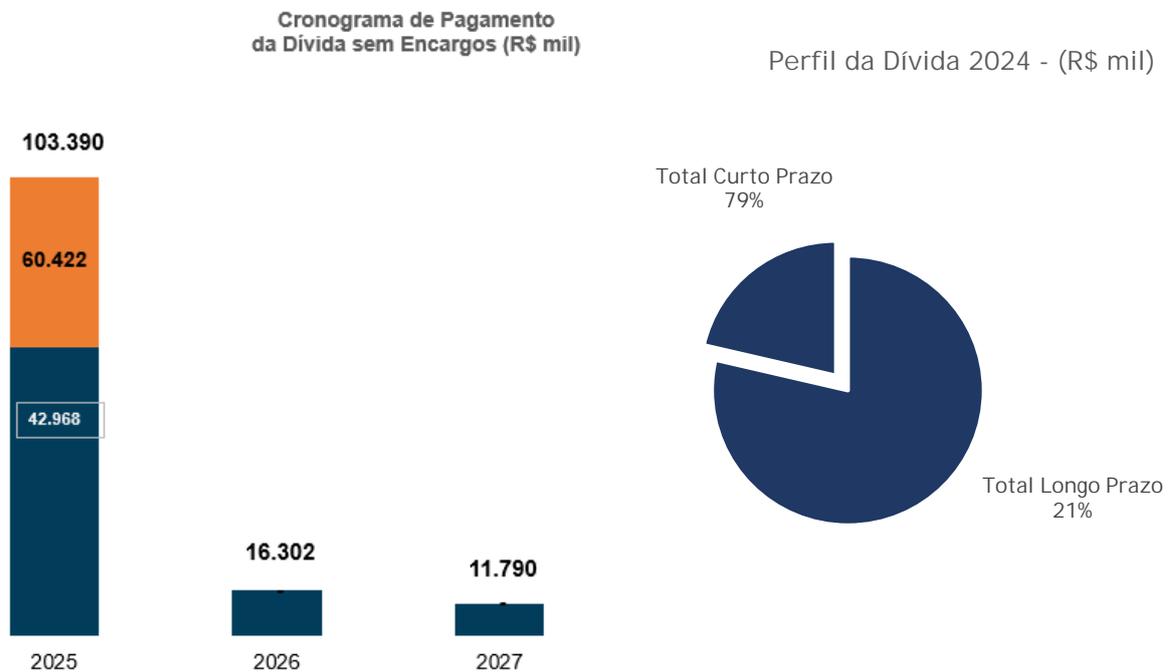
3. Investimentos

A Companhia encontra-se no 15º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2024 foi de R\$ 2.179.866, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

3.1. Captação de Recursos

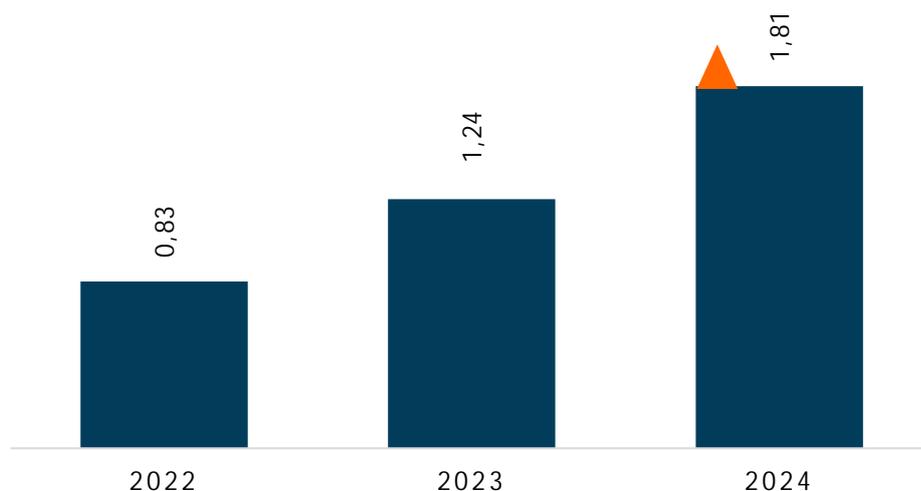
A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez_2024
BNDES	TJLP + 2,16%	55.145
HAITONG	TJLP + 5,20%	5.993
Votorantim	TJLP + 5,55%	5.916
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	4.006
Notas comerciais	CDI + Spread 1,95% a.a.	60.422
Total saldo dívida financeira		131.482



- Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcredito "E1" com os valores das parcelas suspensas e não pagas do "Standstill" no valor R\$ 56,7 milhões para liquidação em maio 2023. Em 24 de abril de 2023, a Companhia celebrou o 6º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordada a postergação por 12 (doze) meses do Subcredito "E1. Em 15 de maio 2024, foi liquidado o Subcredito "E1 dos valores das parcelas suspensas e não pagas do "Standstill" no montante de R\$ 60,2 milhões;
- Em 10 de maio de 2024 ocorreu a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da companhia no valor de R\$ 60.000, com prazo de 19 meses com carência de 7 meses com pagamento de juros, amortização do principal em 12 parcelas a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025;

Índice de cobertura do serviço da dívida



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela Viabahia. O índice em 2023 foi de 1,24x comparado a 1,81x de 2024. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais.

A Administração mantém-se próxima ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 91,6% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

4. Valor Adicionado

Em 2024, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 115,2 milhões, representando 21,6% da Receita operacional bruta, o que representa uma redução de 12,7% em relação ao valor adicionado líquido de 2023, equivalente a R\$ 132,0 milhões representado por 28,0% da Receita operacional bruta daquele exercício.

4.1. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2024, foi apurado um lucro no montante de R\$ 79,3 milhões, destinados absorção dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 332,3 milhões, conforme (Lei 6.404/76), art.189, com isso, não haverá distribuição de dividendos.

5. Planejamento empresarial

A Companhia, alcançou uma solução consensual junto ao Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e o Tribunal de Contas da União (“TCU”), tendo por objeto a solução consensual referente às concessões da BR 116 e BR 324 (“Concessões”) e formalizará o aditivo necessário para a transição da gestão das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528 para o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, em uma data posterior aquela indicada no acordo homologado pelo TCU no dia 05 de fevereiro de 2025, a despeito de a Companhia ter envidado seus melhores esforços para possibilitar a celebração do aditivo no prazo previamente informado, tendo em vista a necessidade, por parte das autoridades governamentais relevantes, de maior prazo para a conclusão dos procedimentos necessários para a celebração do aditivo.

Indenização e compensações

Como parte do acordo, a União pagará à Viabahia um ajuste financeiro de R\$ 892.000:

As verbas indenizatórias têm como objetivo restaurar o patrimônio da Companhia, sem aumentá-lo, especialmente no que se refere aos investimentos não amortizados, cujos montantes visam cobrir os gastos excessivos que foram necessários para o cumprimento do contrato de concessão.

O acordo estabelece:

- A Viabahia deve cumprir o plano de transição operacional estabelecidos em conjunto com a ANTT e DNIT, mantendo a suspensão dos investimentos, exceto as obrigações de operação e conservação da rodovia até o encerramento do contrato. Diante disso a companhia continuará arrecadar a tarifa de pedágio, de modo que possa cumprir suas responsabilidades de assegurar que a rodovia ofereça em condições seguras e funcionais até o momento da extinção do contrato e reversão dos bens ao Poder Concedente;
- Serão encerrados todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais atualmente abertos decorrente de pleitos e litígios entre a Viabahia e ANTT;
- A ANTT será responsável por extinguir processos administrativos sancionatórios, exceto multas inscritas em Dívida Ativa, que deverão ser quitadas pela concessionária; e
- O Poder Público será responsável por atuar e extinguir os processos judiciais, extrajudiciais e procedimentos administrativos em curso nos quais se discuta o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da Concessionária e arcar com eventuais custos.

Com a descontinuidade do contrato de concessão, a empresa encerrará as atividades de exploração das rodovias e reverterá os bens ao Poder Concedente, conforme os termos estabelecidos para extinção Consensual nº 04/2024 e nas normativas aplicáveis.

Esse processo está sendo realizado em conformidade com o plano de transição estabelecido com a ANTT e o DNIT, que inclui a continuidade da arrecadação das tarifas de pedágio até a transferência da gestão para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Durante esse período, a Viabahia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio, assegurando condições seguras e funcionais de mobilidade.

5.1. Gestão pela qualidade total

Atualmente, a Viabahia acumula 04 certificações internacionais: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária - todas renovadas em 2024.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu quadro de colaboradores, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. O desejo é que os colaboradores estejam realizados e satisfeitos no desenvolvimento das respectivas atividades, ao mesmo tempo que almejem evolução e crescimento profissional na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Os principais valores são o respeito, a valorização e o reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. As pessoas são vistas como elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, nos quais investe-se na retenção dos talentos, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2024, ocorreram diversos treinamentos, conforme quantitativos abaixo:

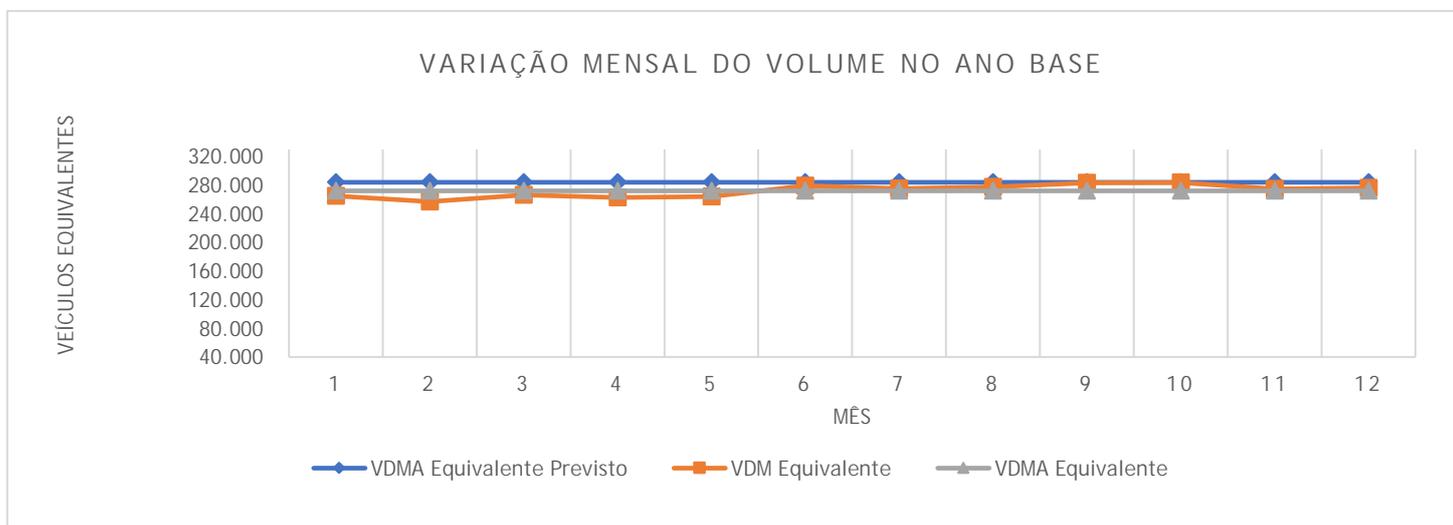
Treinamentos em números	2022	2023	2024
Turmas	82	36	37
Horas de treinamento	1.670	1.000	1.928
Participações	505	380	240
Horas por trabalhador	3,31	2,63	8,03

7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

7.1. Caracterização do tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2024, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto no Plano de Negócio.



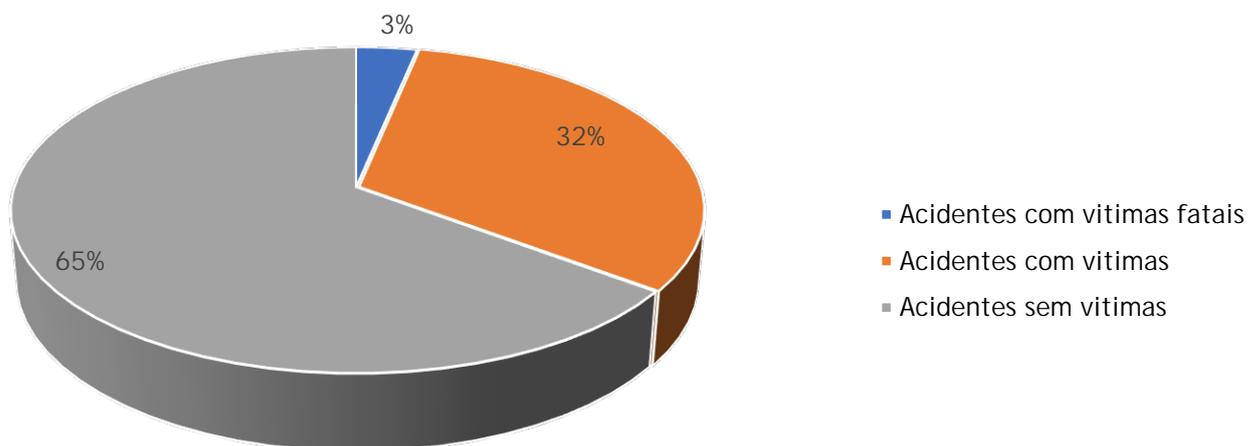
7.2. Segurança no trânsito

No exercício de 2024, foram registrados 3.572, acidentes ao longo da rodovia:

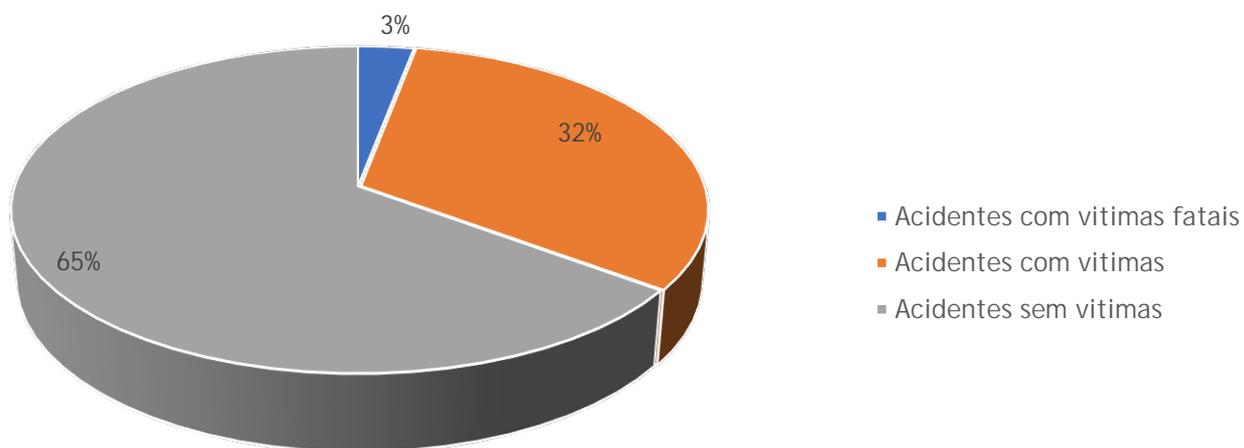
Gravidade de acidentes	2023	2024
Acidentes com vítimas fatais	91	126
Acidentes com vítimas	987	1.142
Acidentes sem vítimas	1.989	2.314
Total de acidentes	3.067	3.572

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2024

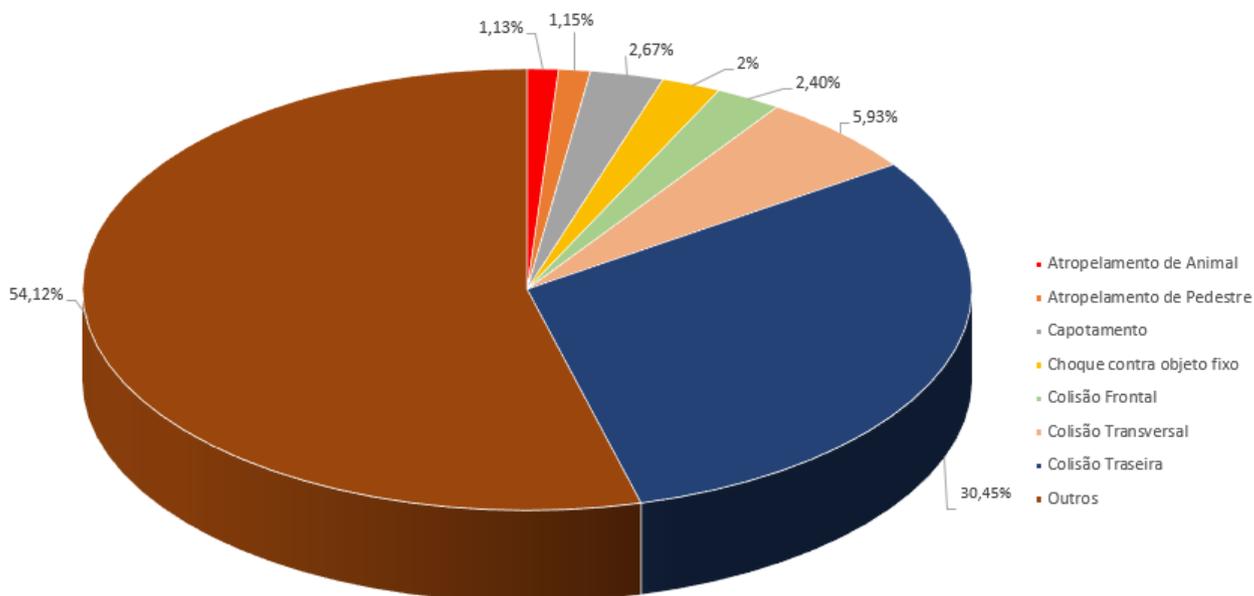


Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2023

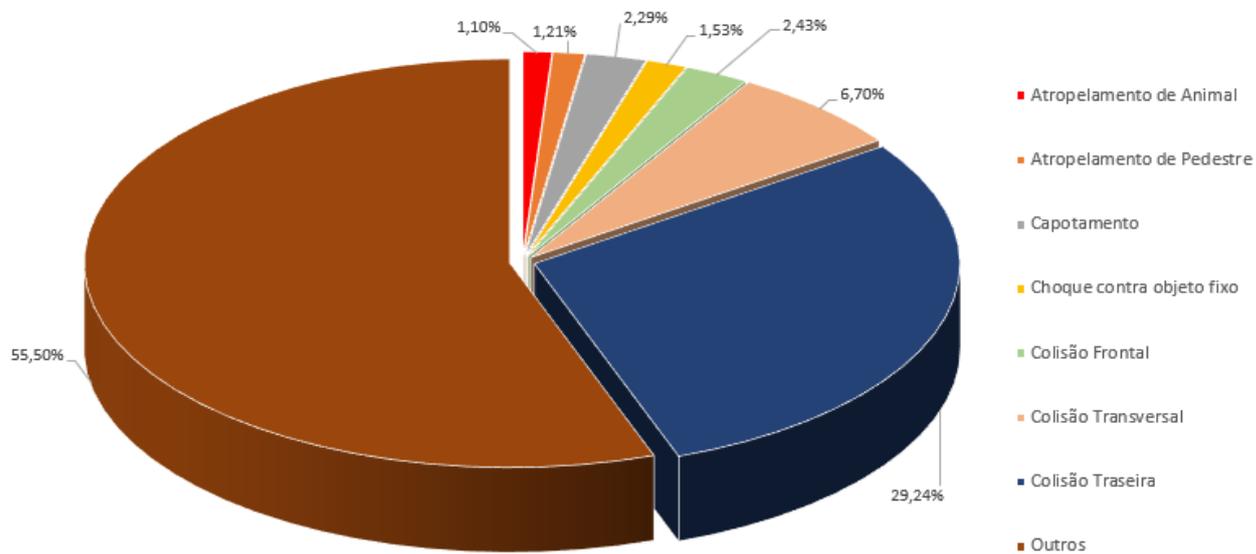


A figura abaixo apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo no Ano 2024



Acidentes por tipo no Ano 2023



8. Dados da operação da Concessão

8.1. Veículos alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos alocados na concessão

Tipo de veículos	Quantidade	Quant/100km
Guincho leve	12	1,76
Guincho pesado	5	0,73
Veículo de combate incêndio	3	0,44
Veículo de captura de animal	3	0,44
Ambulância	15	2,20
Viatura de inspeção de tráfego	28	4,11
Total de veículos operacionais	66	9,70
Segurança do trabalho	4	0,59
Faixa de domínio	5	0,73
Administração	23	3,38
Pedágio	3	0,44
Manutenção	13	1,91
Caminhão	2	0,29
Conservação	13	1,91
Total de veículos de apoio	63	9,26
Total de veículos	129	18,95

9. Funcionários alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Empregados alocados na Concessão

Empregados por função	Quantidade	Quant/100km
Médico*	7	0,54
Enfermeiro*	4	0,31
Resgatista*	126	9,65
Guincho leve*	44	3,37
Guincho pesado*	19	1,46
Veículo combate incêndio*	12	0,92
Captura de animal*	12	0,92
Controlador tráfego	10	0,77
Inspetor de tráfego	64	4,90
Assistente tráfego	1	0,08
Coordenador de tráfego	1	0,08
Supervisor de tráfego	1	0,08
Gerencia de operações	2	0,15
Analista de operações	1	0,08
Técnico operacional	25	1,92
Auxiliar CCO	20	1,53
Operador CCO	10	0,77
Supervisor fax domínio	1	0,08
Coordenador fax domínio	1	0,08
Analista fax domínio	1	0,08
Assistente fax domínio	2	0,15
Auxiliar fax domínio	1	0,08
Conservação	22	1,69
Total de pessoal operacional	387	29,65
Coordenador de pedágio	3	0,23
Controlador de pedágio	26	1,99
Arrecadador	306	23,44
Total de pessoal pedágio	335	25,66
Total de pessoal	722	55,31

* Funcionários terceirizados

10. Aspectos financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados. Individualizar por natureza de receita.

10.1. Receitas em (R\$ milhares)

	Em 2024	Acumulado
Receita de pedágio	483.721	4.309.706
Receita extraordinária	4.930	41.349
Receita de construção	43.714	2.259.948
	<u>532.365</u>	<u>6.611.003</u>

10.2. Investimentos em (R\$ milhares)

	Em 2024	Acumulado
Recuperação da rodovia	39.676	1.212.415
Operação da rodovia	2.777	132.641
Ampliação da rodovia	404	834.810
	<u>42.857</u>	<u>2.179.866</u>

10.3. Custos Operacionais (R\$ milhares)

	Em 2024	Acumulado
Conservação da rodovia	65.971	505.770
Provisão para manutenção	(20.586)	-
Operação da rodovia	99.658	1.008.142
Monitoração da rodovia	2.444	16.376
Custo de construção	42.857	2.179.866
Depreciação e amortização	(138.028)	1.056.366
	<u>52.316</u>	<u>4.766.520</u>

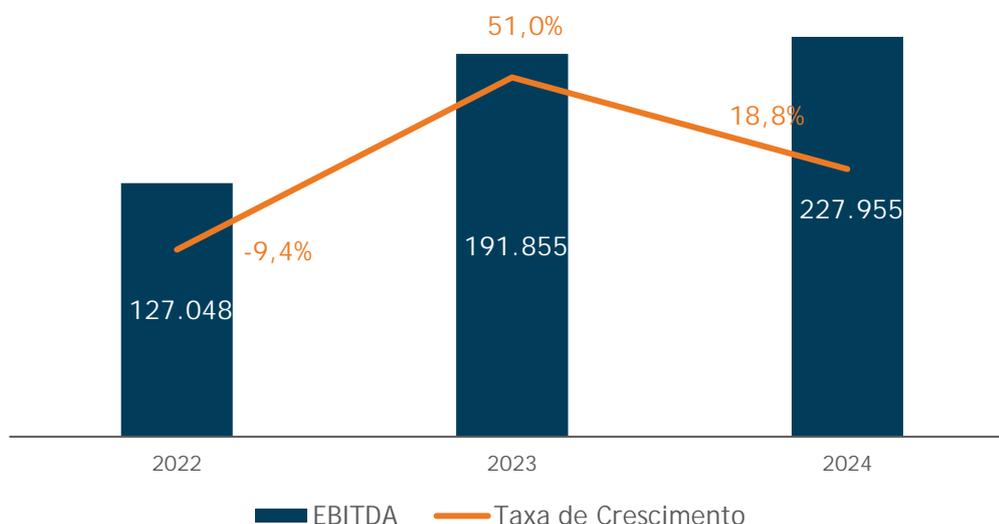
10.4. Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2022	2023	2024	Var% 24/23
Receita operacional bruta incluindo a receita de construção (IFRS)	399.691	470.441	532.365	13,16%
Receita operacional bruta excluindo a receita de construção (IFRS)	366.278	431.794	488.651	13,17%
- Receitas com pedágio	360.977	426.808	483.721	13,33%
- Receitas acessórias	5.301	4.986	4.930	-1,12%
- Receita de construção (IFRS)	33.413	38.647	43.714	13,11%
Tributos sobre serviços da operação	(31.713)	(37.383)	(42.131)	12,70%
Receita operacional líquida excluindo a receita de construção (IFRS)	334.565	394.411	446.520	13,21%
(+) Receita de construção (IFRS)	33.413	38.647	43.714	13,11%
Receita operacional líquida incluindo a receita de construção (IFRS)	367.978	433.058	490.234	13,20%
Custos operacionais	(335.023)	(345.222)	(52.316)	-84,85%
- Custos de manutenção	(52.083)	(54.256)	(65.971)	21,59%
- Provisão de manutenção	(6.932)	(4.305)	20.586	<-100%
- Custos de operação	(90.819)	(95.793)	(99.658)	4,03%
- Custos de monitoração	(1.158)	(1.109)	(2.444)	>100%
- Custo de construção (IFRS)	(32.758)	(37.889)	(42.857)	13,11%
- Depreciação e amortização	(151.273)	(151.870)	138.028	<-100%
Lucro bruto	32.955	87.836	437.918	>100%
- Despesas administrativas e outras	(56.754)	(50.644)	(128.964)	>100%
- Depreciação e amortização	(1.000)	(886)	(822)	-7,22%
- Provisão para perda por impairment	-	-	(317.223)	>100%
EBIT	(24.799)	36.306	(9.091)	<-100%
(+) Depreciação e amortização	152.273	152.756	(137.206)	<-100%
EBITDA	127.474	189.062	(146.297)	<-100%
Ajustes	(426)	2.793	374.252	>100%
- Receita de construção (IFRS)	(33.413)	(38.647)	(43.714)	13,11%
- Custo de construção (IFRS)	32.758	37.889	42.857	13,11%
- Provisão de manutenção	6.932	4.305	(20.586)	<-100%
- Provisão contingências	(6.703)	(754)	23	<-100%
- Provisão para perda por impairment	-	-	317.223	>100%
- Provisão custos encerramento da concessão	-	-	78.449	>100%!
Valor EBITDA ajustado	127.048	191.855	227.955	18,82%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	38,0%	48,6%	51,05%	4,95%
Resultado financeiro líquido	(65.809)	(55.489)	256.365	<-100%
Lucro/prejuízo antes do IR e CS	(90.608)	(19.183)	247.274	<-100%
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	20.262	18.696	(167.966)	<-100%
Lucro/prejuízo do exercício	(70.346)	(487)	79.308	<-100%

- I. 13,3 % de aumento da Receita Bruta de Pedágio no ano 2024 comparada ao montante registrado em 2024, decorrente do aumento do tráfego principalmente de veículos pesados das categorias 4 e 7.

- II. Custos e despesas em 2024 somaram R\$ 261,4 milhões contra R\$ 239,6 milhões de 2023 um aumento de 9,0%, impactado principalmente por maior gasto na operação e manutenção do pavimento. Com a reversão da provisão para manutenção e amortização da provisão para investimento (R\$ 287,1milhões) e provisão dos custos do encerramento da concessão R\$ 78 milhões, apresentam uma redução de 54,1%.
- III. Resultado operacional acumulado em 2024 superior em 18,8% frente aos valores de 2023, impactado pelo aumento do tráfego e da receita de pedágio.
- IV. Resultado financeiro positivo, considerando-se a reversão das despesas financeiras AVP sobre provisão para investimento e manutenção decorrente do encerramento de concessão.

Evolução EBITDA Ajustado



Informações de balanço (R\$ mil)	2022	2023	2024
a. Patrimônio líquido	659.325	658.838	738.146
b. Ativo total	1.949.311	1.860.646	1.048.600
c. Número de ações	828.812	828.812	828.812
d. Valor patrimonial da ação	0,80	0,79	0,89
e. Média ponderada de ações	828.812	828.812	828.812
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,08)	(0,001)	0,096

10.5. ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 - rodovia Eng. Vasco Filho e BR-116 - rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 306,5 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

Município	Em 2024	Acumulado
Amélia Rodrigues	1.439	15.879
Antônio Cardoso	646	6.631
Boa Nova	565	5.956
Brejões	553	6.141
Candeias	1.090	11.499
Cândido Sales	910	8.806
Conceição do Jacuípe	347	2.419
Encruzilhada	832	7.756
Feira de Santana	3.127	32.123
Irajuba	735	7.350
Itatim	965	9.220
Jaguaquara	1.433	14.591
Jequié	1.859	18.766
Lafaiete Coutinho	44	445
Manoel Vitorino	729	7.106
Milagres	576	5.416
Nova Itarana	812	7.895
Planalto	741	7.849
Poções	885	8.738
Rafael Jambeiro	771	8.533
Salvador	1.919	20.426
Santa Terezinha	622	5.984
Santo Amaro	181	2.297
Santo Estevão	979	14.065
São Sebastião do Passé	1.114	11.054
Simões Filho	1.457	19.611
Vitória da Conquista	4.446	39.979
Total	29.777	306.533

10.6. Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Período: dezembro 2024

Categoria	Tipo de Veículo	BR-116	BR-324
1	01 - Automóvel, caminhonete e furgão	R\$ 6,10	R\$ 3,50
2	02 - Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$ 12,20	R\$ 7,00
3	03 - Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$ 18,30	R\$ 10,50
4	04 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 24,40	R\$ 14,00
5	05 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 30,50	R\$ 17,50
6	06 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 36,60	R\$ 21,00
7	07 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 42,70	R\$ 24,50
8	08 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 48,80	R\$ 28,00
9	09 - Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 54,90	R\$ 31,50
10	10 - Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$ 9,15	R\$ 5,25
11	11 - Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$ 12,20	R\$ 7,00
12	12 - Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$ 3,05	R\$ 1,75

11. Concessionária em números

Dados anuais 2024	Descrição	U.M
Quilômetros de rodovia	680,6	Km
Número de veículos que transitaram		
+ Veículos leves	26.499.928	Unid.
+ Veículos pesados	16.044.410	Unid.
+ Motos	943.177	Unid.
Números de praças de pedágios	7	Unid.
Tarifa	Vide item 10.5	
Número de quilômetros mantidos	680,6	Km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos	
Trânsito médio diário equivalente	118.839	Unid.
Trânsito médio diário anual equivalente	118.839	Unid.
Equipes utilizadas pelo concessionário	Vide item 9.0	
Índices de qualidade de estrada	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorrefletância	
	Macrotextura	
Trincamento (TR)		
Receita de pedágio e acessória	489	Milhões
Custos associados às receitas de pedágio	190	Milhões
Fator trabalho		
Número de trabalhadores	584	Pessoas
Despesa com pessoal		
+ Ordenados e salários	62	Milhões
+ Encargos sociais	10	Milhões
Fator capital		
Despesas de depreciação	-137	Milhões
Ativo líquido	915	Milhões
Ativo bruto	2.286	Milhões
Investimentos	43	Milhões
Fatores intermediários		
Despesa administrativas	125	Milhões
Despesas em conservação Manutenção	45	Milhões
Outras despesas	4	Milhões
Seguridade		
Quantidade de acidentes	Vide item 7.2	
Indicadores		
Receita por km	718	Mil
Custo por km	280	Mil

12. Balanço Social

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

BALANÇO SOCIAL 2024 (Em milhares de reais)

1. Base de cálculo		2024		2023			
1.1. Receita Operacional Líquida (ROL)		490.234		433.058			
1.2. Resultado Operacional (RO)		437.918		87.836			
1.3. Folha de Pagamento Bruto (FPB)		30.406		26.927			
2. Indicadores social internos		Valor (R\$)	% FPB	% ROL	Valor (R\$)	% FPB	% RL
2.1. Alimentação		4.227	13,90%	0,86%	3.699	13,74%	0,85%
2.2. Encargos Sociais		9.556	31,43%	1,95%	8.645	32,11%	2,00%
2.3. Saúde		4.882	16,05%	1,00%	3.956	14,69%	0,91%
2.4. Segurança e medicina do trabalho		78	0,26%	0,02%	111	0,41%	0,03%
2.5. Educação e desenvolvimento profissional		331	1,09%	0,07%	400	1,49%	0,09%
2.6. Outros benefícios		1.377	4,53%	0,28%	3.604	13,38%	0,83%
Total de Indicadores sociais internos		20.451	67,26%	4,18%	20.415	75,82%	4,71%
3. Indicadores social externos		Valor (R\$)	% FPB	% ROL	Valor (R\$)	% FPB	% RL
3.1. Educação		29	0,10%	0,01%	61	0,23%	0,01%
3.2. Saúde e saneamento		57	0,19%	0,01%	17	0,06%	0,00%
3.3. Outros		65	0,21%	0,01%	441	1,64%	0,10%
3.4. Tributos (excluídos encargos sociais)		49.028	161,24%	10,00%	20.562	76,36%	4,75%
Total de Indicadores sociais externos		49.179	161,74%	10,03%	21.081	78,29%	4,86%
4. Indicadores ambientais		Valor (R\$)	% FPB	% ROL	Valor (R\$)	% FPB	% RL
4.1. Investimentos relacionados com a operação da Concessionária		115	0,38%	0,02%	106	0,39%	0,02%
Total de Investimentos em meio ambiente		115	0,38%	0,02%	106	0,39%	0,02%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar e eficácia na utilização de recursos, a Concessionária		(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%		(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%			

5. Indicadores do corpo funcional	2024	2023
5.1. N° de funcionários ao final do período	584	633
Tempo de serviço	3,77% até seis meses 7,71% de seis meses a um ano 10,79% entre um e dois anos 22,26% entre dois e cinco anos 55,48% mais de cinco anos	10,58% até seis meses 3,16% de seis meses a um ano 19,91% entre um e dois anos 17,38% entre dois e cinco anos 48,97 % mais de cinco anos
5.2. N° de admissões durante o período	67	115
5.3. N° de demissões durante o período	116	77
5.4. N° de colaboradores terceirizados	689	721
5.5. N° de estagiários	-	9
5.6. N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	86	112
5.7. N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	412	441
5.8. N° de colaboradores acima de 45 anos	86	80
5.9. N° de mulheres que trabalham na concessionária	262	287
5.10. % de chefia ocupados por mulheres	1,4%	4,7%
5.11. N° de negros que trabalham na concessionária	76	80
5.12. % de cargos de chefia ocupados por negros	0,3%	3,0%
5.13. N° de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	14	15
5.14. Total de horas extras pagas	1.347	1.076
5.15. Total de INSS pagos	7.456	6.699
5.16. Total de FGTS Pagos	2.007	1.853
5.17. Total de IR recolhido no período	136	-15.809
5.18. Total de CSLL recolhido no período	5.432	-2.887
5.19. Total de PIS recolhido no período	3.184	2.814
5.20. Total de COFINS recolhido no período	14.697	12.990
5.21. Total de outros tributos recolhidos no período	25.673	23.547

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024	2023
6.1. Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	26,46	28,03
6.2. Número total de Acidentes de trabalho	5	1
6.3. Ações de Relevante de Interesse Social	5	5
6.4. Projetos sociais e ambientais são definidos por	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários
6.5. Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores
6.6. Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT
6.7. Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos
6.8. Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva
6.9. Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)	115.248	132.089
6.10. Distribuição do Valor Adicionado (%)	189,92% Governo 68,82% Acionistas -214,11% Terceiros 55,37% Retido	20,64% Governo -0,37% Acionistas 48,96% Terceiros 30,77% Retido

13. Sustentabilidade

A missão da Viabahia é de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Queremos fazer parte da transição para um mundo empresarial mais sustentável e aproveitar as oportunidades de negócio que a gestão de aspectos ESG pode gerar, bem como as que possam surgir no mercado e estamos comprometidos em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Para que nossas iniciativas contribuam para o cumprimento da Agenda 2030, alinhamos nosso Plano de Sustentabilidade, que é apoiado em cinco vetores (cultura responsável; boa governança e cumprimento regulatório; profissionais comprometidos; cuidado com o meio ambiente e desenvolvimento das comunidades), com o ODS.

13.1. Desempenho Socioambiental

Educação e cidadania

- Maio Amarelo

A Viabahia iniciou mais uma edição da campanha do maio Amarelo. Seguindo o movimento nacional, este ano, a concessionária trabalhou a mensagem “Paz no trânsito começa por você”. No dia 27 de maio de 2024, em conjunto com a PRF, foi realizada uma ação educativa com os usuários da rodovia, na oportunidade foi feita uma apresentação sobre os riscos da dirigir em estado alterado de consciência, esse estado foi replicado por meio do óculo simulador de embriaguez, participaram mais de 30 pessoas. No dia 29 de maio de 2024, foi realizada uma atividade de educação ambiental no Colégio João Pimentel e teve como objetivo oferecer aos estudantes um momento de aprendizado sobre a educação no trânsito, dentre os conteúdos abordos estão: os cuidados com os animais silvestres e domésticos na rodovia, como passar pela faixa de pedestre e a importância de utilizar a passarela, foram beneficiadas 171 crianças. Durante a semana foram distribuídos panfletos aos usuários, alertando sobre os riscos de dirigir sem o uso adequado do equipamento de segurança, foram cerca de 1000 pessoas alcançadas.

- Café na Passarela

Em 10 de maio de 2024, ocorreu a primeira edição do ano, realizada para incentivar o uso das passarelas pelos moradores e estudantes das regiões próximas ao km 674 da BR 116, Jequié/BA, contou com a distribuição de panfletos e atividades nos colégios próximos à passarela, mais de 250 pessoas foram beneficiadas. Em 20 de agosto de 2024, ocorreu a segunda edição do evento, realizada na BR-324 KM 535, no município de Conceição do Jacuípe/BA, teve a participação de, aproximadamente, 200 pessoas. O Café na Passarela busca conscientizar a população sobre a importância do uso do equipamento, evitando possíveis incidentes causados pela travessia na rodovia, reforçando o compromisso com a segurança de todos os usuários das rodovias administradas pela concessionária.

- Semana Nacional de Trânsito

Dentre as atividades promovidas durante a Semana Nacional do Trânsito, a Viabahia promoveu uma ação educativa entre os dias 16 e 20 de setembro, na BR-324 KM 603, município de Salvador/BA. Na oportunidade os motoristas puderam vivenciar, de forma segura, os efeitos da ingestão de álcool no comportamento do motorista, por meio de óculos simulador de embriaguez, participaram cerca de 400 pessoas.

No dia 20 de setembro, parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Viabahia realizou mais uma edição do Saúde na BR, como parte das ações da Semana Nacional do Trânsito. A ação foi realizada no posto da PRF em Jequié, na BR-116, e ofereceu serviços de saúde gratuitos aos caminhoneiros que trafegarem pela rodovia. Os motoristas tiveram acesso a uma série de atendimentos com profissionais de diversas áreas da saúde, incluindo nutricionistas, dentistas, médicos, enfermeiros e psicólogos. Além dos cuidados médicos, a ação também contou com terapias que abordam a espiritualidade, visando o bem-estar integral dos participantes, cerca de 150 caminhoneiros participaram das atividades.

Meio Ambiente

- Via Ambiental

Para comemorar o Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, a Viabahia promoveu o “Desafio da água” para os seus colaboradores. Nesse ano, foi disponibilizado um formulário virtual para envio de uma frase sobre o tema: “Como utilizar a Água para a Paz?”. Ao total, 88 colaboradores participaram do desafio, os 5 (cinco) que tiveram a frase mais criativa foram premiados.

No dia 09 de maio de 2024, em comemoração à Semana da Caatinga, foi realizada a cerimônia de premiação do concurso de desenho, na escola municipal Alcides Filinto Magnavita de Souza, localizada em Boa Nova/BA. A atividade teve a finalidade de incentivar o público infanto-juvenil a refletir sobre as questões ligadas ao meio ambiente e sua forma de se relacionar com o bioma ao qual estão inseridos, a Caatinga, além de estimular a criação artística. O concurso teve como tema "A Caatinga e sua biodiversidade" e contou com a inscrição de 15 estudantes. A cerimônia de premiação contou com uma apresentação sobre a bioma da Caatinga, trazendo aspectos relacionadas à fauna e flora local e como a operação da rodovia impacta na sua dinâmica, teve a participação 80 alunos.

A primeira semana do mês de junho foi marcada por atividades em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. As ações foram voltadas para os usuários da rodovia e estudantes de municípios limieiros e teve como objetivo promover a educação ambiental de forma lúdica e participativa. Em 03 de junho de 2024, foi executado o projeto "Eco Lonas", que, através do diálogo com os usuários, buscou incentivá-los a adotar práticas mais sustentáveis no dia a dia, evitando o desperdício e valorizando as práticas de reutilização dos materiais. Na oportunidade, foi realizada a exemplificação através das "necessaires sustentáveis" elaboradas com banners inservíveis, trazendo de forma lúdica e prática os benefícios da reutilização. A atividade ocorreu no município de Simões Filho/BA, sendo a prefeitura devidamente informada, e teve a participação de mais de 150 usuários. Em 04 de junho de 2024, com o objetivo de conscientizar de forma lúdica e interativa e tendo como público-alvo os estudantes do ensino público do povoado do Bessa, em Conceição do Jacuípe/BA, foram desenvolvidos as atividades de teatro de fantoches, pintura de desenho, oficina de produção de materiais recicláveis e a gincana da sustentabilidade nos Colégios Santa Rita e Colégio João Pimentel, ao total, foram beneficiados mais de 400 crianças e adolescentes. Em 05 de junho de 2024, foi realizada a entrega de lixeiras automotivas para oito mil usuários nas sete praças de pedágio, espalhadas entre a BR-324 e BR 116, com objetivo de conscientizar com relação ao descarte inadequado de lixo nas rodovias.

Em 25 de setembro de 2024, em celebração ao Dia da Árvore e Dia Nacional de Defesa da Fauna foi realizada a Semana da Fauna e da Flora no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Santa Terezinha/BA. A ação teve o propósito de conscientizar as crianças acerca da importância da biodiversidade, especialmente a fauna e a flora, para o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da vida. A programação contou com teatro de fantoches, pintura de desenhos e brincadeiras lúdico-pedagógicas, ao total foram beneficiadas mais de 135 crianças.

Saúde

- Saúde no trecho

O Saúde no trecho acontece desde de 2018 e já realizou cerca de 7,396 mil atendimentos, para 27 municípios interligados pela BRs 324 e 116, por meio de equipes medicas, profissionais de enfermagem e dentistas são promovidas as consultas clinicas, requisição e realização de exames no próprio local como: glicemia capilar, pressão arterial, testes rápidos de infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Além disso, também são realizados serviços como triagem, avaliação odontológica, educação em saúde bucal, vacinação entre outros. Geralmente a iniciativa, é resultado de uma colaboração entre a Viabahia e administração municipal das localidades. A concessionaria disponibiliza todos os recursos necessários para os serviços enquanto a prefeitura oferece uma equipe médica e de saúde para a realização dos atendimentos.

Em 2024 as edições ocorreram nos municípios de Vitória da Conquista, Planalto e Simões Filho em parceria com as Secretarias de Saúde das cidades. Somente nesse ano, foram realizados mais de 2397 atendimentos.

Programa ser voluntário

Em 23 de outubro de 2024, o projeto "Todo Dia é Um Ótimo Dia Para Fazer o Bem", da Viabahia realizou a entrega de duas cadeiras de rodas em Simões Filho e Salvador. Em Simões Filho, a família da Dona Maria do Carmo, de 81 anos, foi beneficiada com um dos equipamentos, enquanto o abrigo São Gabriel, na capital baiana, recebeu a segunda cadeira. Este projeto não só contribui para a preservação do meio ambiente, incentivando o descarte correto de materiais recicláveis, como também ajuda pessoas em situação de vulnerabilidade. As cadeiras de rodas foram adquiridas por meio da troca de lacres de alumínio, arrecadados pelos colaboradores da Viabahia. Com pontos de coleta espalhados pelas praças de pedágio, Centro de Controle Operacional (CCO) e sede, seguimos incentivando nossos colaboradores a participar dessa ação solidária que transforma vidas.

Em 2024, nossos colaboradores realizaram 348 horas de voluntariado, quase 240 delas dedicadas às Obras Sociais Irmã Dulce (OSID). Ao todo, desde 2019, já são 1.295 horas empenhadas à causa. Juntos, promovemos oficinas de autocuidado, brincadeiras, contação de histórias, acolhimento bilíngue e atividades em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Troco solidário

O projeto Troco Solidário nasceu como impulsionador da missão da Viabahia em contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades. O projeto visa arrecadar a doação do arredondamento do troco dos usuários que passam por todas as praças de pedágio da concessionária.

Em novembro de 2023 o projeto foi formalizado com às Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), buscando arrecadar fundos para o Centro Educacional Santo Antônio (CESA), núcleo de educação OSID que acolhe mais de 900 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo ensino do primeiro ao nono ano, além de acesso à arte educação, atividades esportivas, assistência odontológica e psicossocial, alimentação, fardamento e material pedagógico gratuitos. A escolha da OSID como instituição beneficiada com a doação do troco arrecadado pelo projeto foi motivada pela empatia e reconhecimento dos trabalhos sociais desenvolvidos pela instituição, que acolhe mais de 3 milhões de pessoas por ano na Bahia, principalmente o pobre, o doente, o mais necessitado. Entre o público atendido pela entidade estão pacientes oncológicos, idosos, pessoas com deficiência e com deformidades craniofaciais, pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas e crianças e adolescentes em risco social. Foram gastos aproximadamente R\$ 300 mil, com envolvimento de 18 profissionais da área técnica.

Desde a implantação do projeto em novembro 2023 até dezembro de 2024, a Viabahia arrecadou um total de R\$ 574 mil por meio de doações dos usuários.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº162 de 13 de julho de 2022, a Companhia informa que, no exercício findo em 31/12/2024 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da Viabahia Concessionárias de Rodovias S.A. apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da Viabahia Concessionárias de Rodovias S.A., declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 31 de março de 2025

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José Antonio Labarra Blanco
Presidente

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1.1 e 29 às demonstrações contábeis, que trata da solução consensual junto ao Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Tribunal de Contas da União ("TCU"), tendo por objeto o encerramento do Contrato de Concessão Edital nº 001/2008 que resultou em ajustes às demonstrações contábeis da Companhia em decorrência de revisão de determinadas estimativas contábeis. No dia 05 de fevereiro de 2025, o TCU homologou o acordo sobre o encerramento do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o poder concedente, para a administração e operação das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528. No entanto, em que pese as partes estarem satisfeitas com o resultado alcançado, ainda não houve a assinatura do termo aditivo ao contrato que ratificará a transferência da gestão das rodovias para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Ênfase”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para mensuração e cobrança das passagens dos veículos, sendo cobrada manualmente pelas cabines ou de maneira automática via dispositivo eletrônico de identificação (“TAG”) instalado no interior dos veículos. O direito dessa cobrança decorre do contrato de concessão do serviço público procedida da execução de obra pública. As tarifas dos pedágios são reajustadas anualmente, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista o volume de informações processadas até o registro contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação junto à diretoria quanto ao entendimento dos controles relacionados ao reconhecimento da receita;
- Envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia;
- Recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes;
- Confirmação externa junto aos operadores que comercializam o dispositivo eletrônico de identificação dos veículos;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos aplicados, concluímos pela razoabilidade da receita, bem como das informações incluídas nas notas explicativas decorrente da arrecadação do pedágio.

Avaliação do risco de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.5 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia, anualmente, indicadores de riscos que possam existir na redução do valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida, em virtude do contrato de concessão. Nessa avaliação são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar fluxos de caixa futuro, incluindo volumes de tráfego, valor de tarifa, custos operacionais e taxas de desconto a valor presente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou suas avaliações e concluiu sobre a necessidade de reconhecimento de ajustes às demonstrações contábeis, considerando os efeitos do acordo de encerramento do Contrato de Concessão objeto do Edital nº 001/2008. Adicionalmente, a diretoria efetuou análise sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão por meio do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que possíveis variações nessas premissas podem alterar de maneira relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Revisão do acordo que determina o encerramento do contrato de concessão firmado para a administração e operação das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528 homologado pelo Tribunal de Contas da União;
- Avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionada a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que estas são razoáveis para suportar os saldos contabilizados como ativos intangíveis e informações incluídas nas notas explicativas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de março de 2025.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Balances Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	76.391	36.182		
Contas a receber	4	34.473	30.817		
Tributos a recuperar		1.876	1.385		
Despesas antecipadas	5	10.769	7.119		
Outros ativos		2.645	3.586		
		126.154	79.089		
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	23	5.314	5.346		
Outros ativos		1.633	1.633		
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13	-	162.398		
Direito de uso	7	958	1.171		
Imobilizado	7	2.561	3.174		
Intangível	8	911.980	1.607.835		
		922.446	1.781.557		
Total do Ativo		1.048.600	1.860.646		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	9	113.000	64.789		
Empréstimos e financiamentos	10	87.657	150.410		
Salários e encargos sociais		27.312	6.770		
Imposto de renda e contrib. social a pagar		1.171	460		
Tributos a recolher		10.341	8.685		
Verba de fiscalização	14	739	705		
Valores a pagar com ANTT	12	17.214	19.799		
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	-	68.532		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	131	131		
Outros passivos		13.896	16.388		
Valores a pagar arrendamento mercantil	15	841	603		
		272.302	337.272		
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	31.495	70.233		
Valores a pagar arrendamento mercantil	15	117	568		
Valores a pagar com ANTT	12	4.190	5.745		
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	-	763.086		
Provisão para manutenção	24	-	22.231		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.350	2.673		
		38.152	864.536		
Patrimônio líquido	16				
Capital Social		991.207	991.207		
Prejuízos acumulados		(253.061)	(332.369)		
		738.146	658.838		
Total do passivo e patrimônio líquido		1.048.600	1.860.646		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	17	490.234	433.058
Custo dos serviços prestados	18	(52.316)	(345.222)
Lucro bruto		437.918	87.836
Despesas gerais e administrativas	19	(125.163)	(51.068)
Honorários da administração	6	(936)	(936)
Provisão para perdas por impairment	8	(317.223)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(3.687)	474
Lucro antes do resultado financeiro		(9.091)	36.306
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	4.770	5.248
Despesas financeiras	20	251.595	(60.737)
		256.365	(55.489)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		247.274	(19.183)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	(5.568)	(3.989)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	(162.398)	22.685
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		79.308	(487)
Ações em circulação no final do período (em milhares)		828.812	828.812
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Em R\$	22	0,096	(0,001)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	79.308	(487)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>79.308</u>	<u>(487)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos finais em 01 de janeiro de 2023	991.207	(331.882)	659.325
Prejuízo do período	-	(487)	(487)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	<u>991.207</u>	<u>(332.369)</u>	<u>658.838</u>
Saldos finais em 01 de janeiro de 2024	991.207	(332.369)	658.838
Lucro do período	-	79.308	79.308
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	<u>991.207</u>	<u>(253.061)</u>	<u>738.146</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		247.274	(19.183)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	7 e 8	(137.206)	152.756
Provisão para perdas por impairment		317.223	-
Provisão (reversão) para riscos processuais	19	23	(755)
Provisão para manutenções		(20.586)	4.305
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	17.884	29.167
Apropriação dos custos de transação	10.3	(626)	281
AVP da provisão para investimento da rodovia	11 e 20	(272.130)	24.727
AVP Arrendamento mercantil	20	123	136
Atualização e Multas ANTT		4.086	2.151
Margem de lucro de construção	17	(857)	(758)
		155.208	192.827
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(3.656)	(5.317)
Tributos a recuperar		(491)	101
Despesas antecipadas		(3.650)	249
Outros ativos		973	(2.055)
Fornecedores		87.408	24.788
Direito de uso pagos		(934)	(856)
Salários e encargos sociais		20.542	456
Tributos a recolher		2.367	1.761
Outros passivos		16.117	(1.765)
Caixa gerado nas operações		118.676	17.362
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.3	(19.138)	(28.590)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.568)	(3.989)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		249.178	177.610
Fluxos de Caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(446)	(626)
Aquisições de bens do ativo intangível	8	(42.568)	(37.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(43.014)	(37.845)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos recebidos		60.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10.3	(225.955)	(126.233)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(165.955)	(126.233)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.209	13.532
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		36.182	22.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		76.391	36.182
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.209	13.532

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		532.365	470.441
Receita de pedágio e acessórias		488.651	431.794
Receita de construção	17	43.714	38.647
Insumos adquiridos de terceiros		(555.406)	(191.318)
Custo do serviço de construção	18	(42.857)	(37.889)
Custo da concessão		(111.335)	(123.266)
Outras despesas		(83.991)	(30.163)
Provisão para perdas por impairment		(317.223)	-
Valor adicionado bruto		(23.041)	279.123
Depreciação e amortização	7 e 8	137.206	(152.756)
Valor Adicionado Líquido Produzido		114.165	126.367
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	4.770	5.248
Outras receitas		(3.687)	474
Valor adicionado total a distribuir		115.248	132.089
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		63.816	40.642
Remuneração direta		28.228	26.260
Benefícios		10.824	11.679
Despesas com desligamento		21.657	485
Honorários da administração	6	936	936
Encargos sociais (exceto INSS)		2.101	1.947
Outros		70	(665)
Impostos, taxas e contribuições		218.882	27.261
PIS/COFINS sobre faturamento		17.881	15.804
Imposto de renda e contribuição social		167.966	(18.695)
INSS (sobre folha de pagamento)		7.456	6.699
ISS sobre faturamento		24.250	21.579
Outros		1.329	1.874
Remuneração de capitais próprios		79.308	(487)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		79.308	(487)
Remuneração de capitais de terceiros		(246.758)	64.673
Juros e variações cambiais	20	(251.595)	60.737
Alugueis		4.837	3.936
Valor adicionado distribuído		115.248	132.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;
- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;

- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro de 2019.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou lucro líquido no montante de R\$ 79.308 (prejuízo líquido no montante de R\$ 487 em 31 de dezembro de 2023) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 146.148 (R\$ 258.183 em 31 de dezembro de 2023). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases iniciais e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia.

a. Solicitação de reequilíbrio do Contrato de Concessão

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da Cláusula 16.5.1.

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento. Em 10 de agosto 2022, foi publicada pelo STJ/DF decisão unânime que mantém a eficácia, da decisão do Desembargador Federal Relator do TRF1 proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 1044709-06.2021.4.01.0000. Reestabelecendo os valores das tarifas de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10.

Na data de 09 de novembro de 2023, a ANTT protocolou no Tribunal de Contas da União ("TCU") uma Solicitação de Solução de Consenso (SSC) para questões referentes ao contrato de concessão da Viabahia. O próximo passo seria a análise, pelo TCU da admissibilidade da SSC, conforme Instrução Normativa nº 91/2022.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023, a Deliberação nº 450/2023 da Diretoria Colegiada da ANTT, de 25 de julho daquele ano, aumentando a tarifa de pedágio de R\$ 5,90 para R\$ 6,10, na BR 116 e de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 na BR 324. O reajuste reflete a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em conformidade com o Contrato de Concessão.

Em 29 de abril de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União a constituição da Comissão de Solução Consensual para no prazo de noventa dias apresentar relatório sobre a solução de controvérsia tratada no âmbito do processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão Edital nº 001/2008 das Rodovias federais BR116/324/BA e Estaduais BA-526/528.

Foi retomado os trabalhos da Comissão para conclusão do relatório, tendo em vista a suspensão das atividades da Comissão de Solução Consensual do presente processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão Edital nº 001/2008 das Rodovias federais BR116/324/BA e Estaduais BA-526/528 no período compreendido entre a publicação do Decreto 12.091/2024 (04/07/2024) e do Decreto 12.119/2024 (26/07/2024).

A comissão era integrada por representantes do TCU, Ministério dos Transportes, ANTT e da Viabahia.

b. Equacionamento dos gastos com investimentos na infraestrutura de concessão

A Companhia encontra-se no 15º ano do seu contrato de concessão com a ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2024 foi de R\$ 2.179.866, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

c. Solução consensual

A Companhia alcançou uma solução consensual junto ao Ministério dos Transportes, a ANTT e o TCU tendo por objeto as concessões da BR 116 e BR 324 ("Concessões").

No dia 5 de fevereiro de 2025, o TCU decidiu, em sessão plenária, pela homologação do acordo que determina o encerramento do contrato de concessão firmado para a administração e operação das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528.

Com a decisão, será formalizado um termo aditivo ao contrato, estabelecendo um período de transição que se encerrará do dia 31 de março de 2025, quando a gestão das rodovias será transferida para o DNIT. Durante esse período, a Viabahia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio, assegurando condições seguras e funcionais de mobilidade.

Indenização e compensações

Como parte do acordo, a União pagará à Viabahia um ajuste financeiro de R\$ 892.000:

As verbas indenizatórias têm como objetivo restaurar o patrimônio da Companhia, sem aumentá-lo, especialmente no que se refere aos investimentos não amortizados, cujos montantes visam cobrir os gastos excessivos que foram necessários para o cumprimento do contrato de concessão.

O acordo estabelece:

- A Viabahia deve cumprir o plano de transição operacional estabelecido em conjunto com a ANTT e DNIT, mantendo a suspensão dos investimentos, exceto as obrigações de operação e conservação da rodovia até o encerramento do contrato. Diante disso a Companhia continuará arrecadar a tarifa de pedágio, de modo que possa cumprir suas responsabilidades de assegurar que a rodovia ofereça em condições seguras e funcionais até o momento da extinção do contrato e reversão dos bens ao Poder Concedente;
- Serão encerrados todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais atualmente abertos decorrente de pleitos e litígios entre a Viabahia e ANTT;
- A ANTT será responsável por extinguir processos administrativos sancionatórios, exceto multas inscritas em Dívida Ativa, que deverão ser quitadas pela concessionária; e
- O Poder Público será responsável por atuar e extinguir os processos judiciais, extrajudiciais e procedimentos administrativos em curso nos quais se discuta o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da Concessionária e arcar com eventuais custos.

Com a descontinuidade do contrato de concessão, a empresa encerrará as atividades de exploração das rodovias e reverterá os bens ao Poder Concedente, conforme os termos estabelecidos para extinção Consensual nº 04/2024 e nas normativas aplicáveis. Com o resultado a Viabahia registrou em suas demonstrações contábeis os impactos previstos do acordo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 31/12/2024 (Antes dos ajustes)	(Ajustes)	Saldo em 31/12/2024 (Após os ajustes)
Ativo fiscal diferido	162.398	(162.398)	-
Ativo Intangível em Serviço	1.229.203	(317.223)	911.980
Provisão Ativo Intangível	516.617	(516.617)	-
Amortização Prov. Intangível	-291.773	291.773	-
Fornecedores	59.330	53.670	113.000
IR e CSLL a pagar	536	635	1.171
Salários e encargos sociais	6.897	20.415	27.312
Valores a pagar com ANTT	29.296	(7.892)	21.404
Provisão para investimentos	-516.617	516.617	-
Provisão para manutenção	22.231	-22.231	-

Em função do acordo, as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024 refletem o processo de descontinuidade das operações relacionadas a concessão, incluindo a reversão de ativos intangíveis não amortizáveis, impacto das obrigações e encargos relacionados à transição para o DNIT.

Esse processo está sendo realizado em conformidade com o plano de transição estabelecido com a ANTT e o DNIT, que inclui a continuidade da arrecadação das tarifas de pedágio até a transferência da gestão para o DNIT. Durante esse período, a Viabahia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio, assegurando condições seguras e funcionais de mobilidade.

O impacto financeiro resultante da descontinuidade das operações foi avaliado e ajustado de acordo com as normas contábeis aplicáveis, e os efeitos da transição serão acompanhados até a efetiva reversão das rodovias e a conclusão do processo de encerramento da concessão.

1.2 Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2024, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis materiais a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2025.

2.1. Instrumentos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de maneira subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco crédito.

2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de maneira linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados a valor justo (custo mais margem) no momento do seu reconhecimento inicial, ver Nota Explicativa nº 2.10. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são deduzidos pela amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.7. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (R1), Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

2.11. CPC 06 (R2)/IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 9,1% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 (R1) - contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,04% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em dezembro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	2.353	3.012
Aplicações financeiras de liquidez imediata	74.038	33.170
Total	76.391	36.182

As aplicações financeiras em CDB correspondem às operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro 2023).

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	22.164	19.856
Greenpass	3.012	2.743
Alelo	2.564	2.627
ConectCar	2.363	1.840
Move Mais	518	323
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	406	647
Visa vale pedágio	122	291
Outros (i)	4.826	3.992
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.502)	(1.502)
Total	34.473	30.817

(i) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, TPE Transmissora Paraíso de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais e Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 22.164 (R\$ 19.856 em 31 de dezembro 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para perda esperada em crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

5. Despesas antecipadas

Descrição	2024	2023
Seguros (i)	8.708	4.508
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	921	891
Outras despesas	1.140	1.720
Total	10.769	7.119

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

6. Honorários da Administração

Os honorários dos administradores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de R\$ 936, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022										
Saldo inicial	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Aquisições	-	55	200	238	22	-	48	-	111	674
Transferência/reclassificação	-	-	95	-	-	-	-	-	(95)	-
Depreciação	(192)	(274)	(543)	(97)	(4)	-	(720)	-	-	(1.830)
Saldo contábil, líquido	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo	2.108	4.738	5.646	2.572	72	73	4.122	389	120	19.840
Depreciação acumulada	(1.622)	(3.765)	(4.636)	(2.005)	(54)	(73)	(2.951)	(389)	-	(15.495)
Saldo contábil, líquido	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Saldo em 31 de dezembro de 2023	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Aquisições	-	132	227	87	-	-	598	-	-	1.044
Transferência	-	-	95	16	-	-	-	-	(111)	-
Depreciação	(191)	(238)	(518)	(108)	(4)	-	(811)	-	-	(1.870)
Saldo contábil, líquido	295	867	814	562	14	-	958	-	9	3.519
Saldo em 31 de dezembro de 2024										
Custo	2.108	4.870	5.967	2.675	72	73	4.720	389	9	20.883
Depreciação acumulada	(1.813)	(4.003)	(5.153)	(2.113)	(58)	(73)	(3.762)	(389)	-	(17.364)
Saldo contábil, líquido	295	867	814	562	14	-	958	-	9	3.519
Taxas médias anuais depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10	-	-

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Intangível

	Construção da infraestrutura			Softwares	Intangível em formação	Bens Revers. Indenizáveis (ii)	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos				
Em 31 dezembro de 2022							
Saldo inicial	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	-	1.738.583
Adição	145	-	-	11	27	-	183
Transferência	830	-	-	-	(830)	-	-
Revisão da provisão de investimento	17.293	(209)	4.422	-	-	-	21.506
Realização provisão de investimento	30.722	5.266	2.487	-	-	-	38.475
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	(681)	-	(681)
Baixa de provisão de investimento	(31.552)	(5.266)	(2.487)	-	-	-	(39.305)
Amortização	(88.709)	(11.389)	(50.751)	(77)	-	-	(150.926)
Saldo contábil, líquido	949.926	120.975	531.183	57	5.694	-	1.607.835
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	1.642.184	205.529	937.874	4.613	5.694	-	2.795.894
Amortização acumulada	(692.258)	(84.554)	(406.691)	(4.556)	-	-	(1.188.059)
Saldo contábil, líquido	949.926	120.975	531.183	57	5.694	-	1.607.835
Saldo em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	949.926	120.975	531.183	57	5.694	-	1.607.835
Reclassificação	629	173	-	-	(802)	-	-
Realização da provisão de investimento	39.840	2.653	1.221	-	-	-	43.714
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(289)	-	(289)
Baixa da provisão de investimento	(40.469)	(2.826)	(1.221)	-	-	-	(44.516)
Reversão da provisão de investimento (i)	(374.626)	(67.256)	(74.735)	-	-	-	(516.617)
Amortização	121.331	23.061	(5.277)	(39)	-	-	139.077
Subtotal	696.631	76.780	451.171	18	4.603	-	1.229.203
Transferência	(696.631)	(76.780)	(451.171)	(18)	(4.603)	1.229.203	-
(-) Impairment (iii)	-	-	-	-	-	(317.223)	(317.223)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	911.980	911.980
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	1.267.558	138.273	863.139	4.613	4.603	-	2.278.186
Amortização acumulada	(570.927)	(61.493)	(411.968)	(4.595)	-	-	(1.048.983)
Transferência	(696.631)	(76.780)	(451.171)	(18)	(4.603)	1.229.203	-
(-) Impairment	-	-	-	-	-	(317.223)	(317.223)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	911.980	911.980
Prazo remanescente de amortização (anos)	-	-	-	-	-	-	-

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o acordo de encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores registrados pela Companhia referentes a provisão de investimentos em ampliação e renovação da rodovia, que tem em contrapartida o ativo intangível, foram revertidos na sua totalidade.
- (ii) É composto pelos montantes de: R\$ 889.674 verbas indenizatórias; e R\$ 22.306 pelos bens reversíveis a serem amortizados até o final do prazo de devolução em 31 de março de 2025.
- (iii) Aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando com premissa os valores de indenização a serem recebidos do Poder Concedente. Tal cenário é compreendido como mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o processo de devolução avançado, conforme informado na Nota Explicativa nº 1.1. Neste sentido foi constituído uma provisão para perda no valor de R\$ 317.233.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

Descrição	2024	2023
Investimentos realizados (Nota nº 17) (*)	43.714	38.647
Adições ao intangível (Nota nº 8)	-	21.517
Adiantamentos a fornecedores (Nota nº 8)	(289)	(681)
Acréscimo/redução da provisão (Nota nº 11)	-	(21.506)
Margem de construção (Nota nº 17)	(857)	(758)
Total	42.568	37.219

(*) Trata-se de valores incorridos no período, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos, ver Nota Explicativa nº 11).

9. Fornecedores

Descrição	2024	2023
Contas a pagar Encerramento SPE (i)	58.034	-
Contas a pagar aos fornecedores (ii)	47.708	58.269
Cauções contratuais (iii)	7.258	6.520
Total	113.000	64.789

- (i) Refere-se a provisão dos custos de encerramento da SPE, com todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais, conforme estabelecido no acordo de encerramento do Contrato de Concessão, vide Nota Explicativa 1.1.
- (ii) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (iii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Moeda nacional					
BNDES (a)	TJLP + 2,16% a.a.	30.639	24.506	55.145	201.877
HAITONG (a)	TJLP + 5,2% a.a.	3.394	2.599	5.993	16.072
Votorantim (a)	TJLP + 5,55% a.a.	3.263	2.653	5.916	15.884
Banco ABC (a)	TJLP + 5,3% a.a.	2.269	1.737	4.006	10.752
BSPAR (b)	TX 1,63% a 1,68% a.m.	-	-	-	3.308
Daycoval (b)	TX 1,60% a 1,73% a.m.	-	-	-	4.797
Bradesco (b)	TX 1,52% a 1,69% a.m.	-	-	-	7.116
Notas Comerciais (c)	CDI + Spread 1,95% a. a.	60.422	-	60.422	-
Subtotal		99.987	31.495	131.482	259.805
(-) Juros a apropriar (b)		-	-	-	(312)
(-) Custos de transação (d)		(691)	-	(691)	(65)
(-) Títulos e valores mobiliários (e)		(11.639)	-	(11.639)	(38.786)
Total de empréstimos e financiamentos		87.657	31.495	119.152	220.643

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (a) BNDES e Repassadores: em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de dezembro de 2024, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.909, com vencimento final em 2027. Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcredito "E1" com os valores das parcelas suspensas e não pagas do "Standstill" no valor R\$ 56,7 milhões para liquidação em maio 2023. Em 24 de abril de 2023, a Companhia celebrou o 6º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordada a postergação por 12 (doze) meses do Subcredito "E1. Em 15 de maio 2024, foi liquidado o Subcredito "E1 dos valores das parcelas suspensas e não pagas do "Standstill" no montante de R\$ 60,2 milhões;
- (b) Cessão de crédito risco sacado liquidada no ano no montante de R\$ 39.196 (R\$ 15.221 saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023). A taxa de juros tem variação entre 1,63% a 1,80% a.m., com prazo de 90 dias;
- (c) Notas Comerciais: em 10 de maio de 2024, ocorreu a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia no valor de R\$ 60.000, com prazo de 19 meses com carência de 7 meses com pagamento de juros, amortização do principal em 12 parcelas a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025;
- (d) Custos de transação: os custos incorridos na captação dos empréstimos e notas comerciais estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações;
- (e) Garantias: o financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, por meio de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 11.639 (R\$ 38.786 em 31 de dezembro 2023), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

10.1. Principais compromissos assumidos ("Covenants")

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e previstos no contrato de financiamento são os seguintes:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, tampouco pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.

10.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2024
Até um ano	99.987
Acima de um ano e até dois anos	18.285
Acima de dois anos e até três anos	13.210
Total	131.482

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.465	182.799	331.264
Ingresso risco sacado	14.909	-	14.909
Encargos - Resultado	29.478	-	29.478
Transferências	112.566	(112.566)	-
Amortização Principal	(126.233)	-	(126.233)
Pagamentos de Juros	(28.590)	-	(28.590)
(-) Custos de transação	281	-	281
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(466)	-	(466)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.410	70.233	220.643
	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.410	70.233	220.643
Ingresso nota comercial	60.000	-	60.000
Ingresso risco sacado	39.196	-	39.196
Encargos - Resultado	17.574	-	17.574
Transferências	38.738	(38.738)	-
Amortização Principal	(186.759)	-	(186.759)
Pagamentos de Juros	(39.196)	-	(39.196)
(-) Juros a apropriar	311	-	311
(-) Custos de transação	(626)	-	(626)
(+/-) Títulos e valores mobiliários	27.147	-	27.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.657	31.495	119.152

11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2026, previa desembolsos de R\$ 811.847 (R\$ 831.618 em 31 de dezembro 2023), sendo que R\$ 26.843 deveriam ser realizados até 31 de dezembro de 2025. Essa provisão foi revista, porém a Companhia aguardava o processo de Revisão Quinquenal por meio da Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visava solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão por meio do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tinha como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitaria a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1.a) - Solicitação de Reequilíbrio do Contrato de Concessão, com a decisão favorável em 13 de outubro de 2021 pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400), a Companhia afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.c), foi homologado o encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores registrados na Companhia de provisão de investimentos em ampliação e renovação da rodovia foram revertidos na sua totalidade.

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	831.618	824.690
Revisão orçamentaria	-	21.506
Reversão Provisão de Investimento (i)	(516.617)	-
Transferência	(802)	(830)
Ajuste a valor presente	(270.485)	24.727
Investimentos realizados	(43.714)	(38.475)
Saldos em 31 de dezembro	-	831.618
Circulante	-	68.532
Não circulante	-	763.086

12. Valores a pagar a ANTT

Em 2023, a Companhia possuía dezesseis processos com prognóstico de perda provável, no valor nominal de R\$ 8.320. Em agosto de 2024, foram incluídos mais dois processos, no valor nominal de R\$ 1.705, perfazendo um total de dezoito processos com valor nominal de R\$ 10.025. Enquanto aguardava o deferimento da ANTT, a Companhia mantinha registrado o débito total dessas infrações, atualizado pela taxa SELIC, no montante de R\$ 22.985.

Conforme previsto na proposta da Comissão de Solução Consensual do processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão, Edital nº 001/2008 das Rodovias Federais BR-116/324/BA e estaduais BA-526/528, todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais serão encerrados, exceto as multas inscritas em dívida ativa. Em função disso, os processos com prognóstico de perda provável, no montante de R\$ 22.985, foram revertidos. No entanto, seis processos inscritos em dívida ativa, no montante de R\$ 15.093, que estavam em discussão judicial, foram incluídos na composição do acordo e devidamente registrados.

Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou o requerimento NUP.00407.074736/2024-27 de adesão a transação extraordinária ao Programa Desenrola, que trata o art. 22 da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, a Portaria Normativa AGU - Advocacia Geral da União nº 150, de 03 de outubro de 2024 e o edital por adesão, referente aos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT, incluindo todos os seis processos na dívida ativa da Companhia no montante de R\$ 15.093.

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	25.544	25.078
Inclusão débito	1.705	-
Reversão outros débitos	(22.985)	-
Inclusão débito dívida ativa	15.093	-
Juros e multas de mora (i)	4.086	2.151
Pagamentos	(2.039)	(1.685)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>21.404</u>	<u>25.544</u>
Circulante	17.214	19.799
Não circulante	4.190	5.745

(i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Base	Saldo em 31/12/2024	Movimentação	Saldo em 31/12/2023
Margem de construção	-	17.324	(17.324)
Capitalização de juros no intangível	-	13.949	(13.949)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	-	(91.966)	91.966
Amortização do intangível provisionado	-	(92.900)	92.900
Diferença de taxa de amortização do intangível	-	3.123	(3.123)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	-	22	(22)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	-	(767)	767
Provisão para manutenção	-	(7.560)	7.560
Outras provisões	-	(3.623)	3.623
Total	-	(162.398)	162.398

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores registrados pela Companhia de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram revertidos na sua totalidade.

14. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2025 é de R\$ 8.868. Em 2024, o montante total dos recolhimentos mensais pagos foi de R\$ 8.568 (R\$ 8.175 em 31 de dezembro de 2023). O saldo provisionado a pagar, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 739 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. O valor anual da verba para segurança no trânsito é de R\$ 1.863, atualizada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 2024, o total gasto pela Companhia com verba para segurança no trânsito foi de R\$ 811 (R\$ 393 - Em 31 de dezembro de 2023) e revertido o valor provisionado a pagar, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.971 (R\$ 1.086 provisionado em 31 de dezembro de 2023), por conta do acordo de encerramento do Contrato de Concessão.

15. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 9,1% a.a.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos iniciais	603	568	1.171
Adição	598	-	598
Utilização	(934)	-	(934)
Transferência	451	(451)	-
AVP	123	-	123
Saldos finais	841	117	958

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 991.207, e está representado por 828.812.035 ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	Em milhares de ações ordinárias			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	828.812.034	99,999	828.812.034	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda.	1	0,001	1	0,001
	828.812.035	100	828.812.035	100

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2024, a Companhia apurou um montante de R\$ 14.566, referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos. No exercício 2024, a Companhia obteve um lucro no montante de R\$ 79.308, destinado a absorção de prejuízos acumulados. O valor do benefício será constituído como reserva de incentivo fiscal, após absorção dos prejuízos acumulados.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

17. Receita líquida

Descrição	2024	2023
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	116.945	112.157
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	332.894	278.374
Visa Vale (iii)	25.584	25.762
DBTRANS (iii)	8.216	10.416
Sobras de arrecadação	82	99
	<u>483.721</u>	<u>426.808</u>
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	4.930	4.986
	<u>4.930</u>	<u>4.986</u>
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	43.714	38.647
Tributos sobre serviços da operação	(42.131)	(37.383)
	<u>1.583</u>	<u>1.264</u>
Total	<u><u>490.234</u></u>	<u><u>433.058</u></u>

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais por meio de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas por meio do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

Descrição	2024	2023
Receita de obras de infraestrutura	43.714	38.647
Custos de construção	(42.857)	(37.889)
Total	<u><u>857</u></u>	<u><u>758</u></u>

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	2024	2023
Custos de conservação:		
Serviços de terceiros (i)	(58.550)	(46.247)
Material, equipamentos e veículos	(4.730)	(5.732)
Custos com pessoal	(2.187)	(1.832)
Manutenção (ii)	20.588	(4.305)
Outros gastos conservação	(506)	(445)
	<u>(45.385)</u>	<u>(58.561)</u>
Custos de operação:		
Depreciação e amortização	(127.202)	(123.376)
Serviços de terceiros (iii)	(37.264)	(35.516)
Custos com pessoal	(28.997)	(26.175)
Material, equipamentos e veículos	(15.887)	(15.775)
Verba de fiscalização e segurança no trânsito (nota nº 14)	(7.408)	(9.654)
Seguros	(5.465)	(4.504)
Amortização Arrendamento	(811)	(719)
Amortização provisão de Investimento (iv)	266.041	(27.775)
Outros gastos operação	(4.637)	(4.169)
	<u>38.370</u>	<u>(247.663)</u>
Custos de monitoramento:		
Serviços de terceiros	(2.444)	(1.109)
	<u>(2.444)</u>	<u>(1.109)</u>
Custos de construção:		
Custos dos serviços de construção (v)	(42.857)	(37.889)
	<u>(42.857)</u>	<u>(37.889)</u>
Total	<u>(52.316)</u>	<u>(345.222)</u>

(i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia;

(ii) Em 2024, refere-se a reversão da provisão para manutenção, por conta do encerramento do contrato de concessão, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.

(iii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia;

(iv) Em 2024, refere-se a reversão da amortização da provisão de investimentos por conta do encerramento do contrato de concessão, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.

(v) Aumento em linha com a receita de construção do período, vide Nota Explicativa nº 17, item iv.

19. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Serviços de terceiros (i)	(15.198)	(19.834)
Provisão Encerramento da Concessão (ii)	(78.449)	-
Despesas com pessoal	(18.737)	(19.154)
Propaganda e publicidade	(1.005)	(1.626)
Gastos com viagens	(1.112)	(1.123)
Depreciação e amortização	(822)	(886)
Arrendamentos e aluguéis	(822)	(700)
Material, equipamentos e veículos	(821)	(797)
Impostos, Taxas e Cartório	(324)	(869)
Associação de classe	(283)	(225)
Energia, telefone e correspondências	(166)	(163)
Editais e publicações	(44)	(39)
Contribuição patronal	(19)	(16)
Contingências	(23)	755
Outras despesas gerais e administrativas	(7.338)	(6.391)
Total	<u>(125.163)</u>	<u>(51.068)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Referem-se a basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.
(ii) Refere-se a provisão dos custos com todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais e rescisões trabalhistas, decorrentes do encerramento do Contrato de Concessão.

20. Resultado financeiro

Descrição	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.574)	(29.478)
AVP sobre provisão par investimento e manutenção(i)	272.130	(24.727)
Multas e juros de mora parcelamento	(4.086)	(2.151)
Apropriação dos custos de transação	(532)	(281)
AVP sobre arrendamento	(123)	(136)
Outras	1.780	(3.964)
	<u>251.595</u>	<u>(60.737)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	4.611	5.165
Outras receitas	159	83
	<u>4.770</u>	<u>5.248</u>
Total	<u><u>256.365</u></u>	<u><u>(55.489)</u></u>

- (i) Refere-se a reversão do AVP sobre provisão de investimentos e manutenção, por conta do encerramento do Contrato de Concessão, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.

21. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada como segue:

Descrição	2024	2023
Lucros/Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	247.274	(19.183)
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal	(84.073)	6.522
Incentivos Fiscais		
(-) Incentivos PAT	362	208
(-) Incentivos SUDENE	14.566	7.558
Adições/(exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(4.532)	(5.003)
Outras, líquidas	(94.289)	9.410
IR e CS apresentados no resultado	<u>(167.966)</u>	<u>18.696</u>

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontra-se a seguir:

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(5.568)	(3.989)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	(162.398)	22.685
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	<u>(167.966)</u>	<u>18.696</u>

22. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

Descrição	2024	2023
Lucros/Prejuízos atribuível aos acionistas da Companhia	79.308	(487)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	828.812	828.812
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação	0,096	(0,001)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.915	1.465	3.380
Baixa	(755)	-	(755)
Atualização monetária	179	-	179
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.339	1.465	2.804
Circulante	131	-	131
Não circulante	1.208	1.465	2.673
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.339	1.465	2.804
Constituição	-	23	23
Atualização monetária (reversão)	(346)	-	(346)
Saldos em 31 de dezembro 2024	993	1.488	2.481
Circulante	131	-	131
Não circulante	862	1.488	2.350
	Trabalhistas	Tributárias	Total
Depósitos Judiciais			
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.381	3.965	5.346
Adições	128	880	1.008
Baixa	(1.040)	-	(1.040)
Saldos em 31 de dezembro 2024	469	4.845	5.314

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, com prognóstico de perda provável, baseado na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.481 (R\$ 2.804 em 31 de dezembro 2023);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, com prognóstico de perda possível, no montante estimado de R\$ 244.681 (R\$ 236.434 em 31 de dezembro de 2023), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 380 (376 em 31 de dezembro de 2023) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total de R\$ 947.161 (R\$ 926.980 em 31 de dezembro de 2023) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registo de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER");
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o prognóstico de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores de todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais atualmente abertos decorrentes de pleitos e litígios entre a Viabahia e ANTT, serão encerrados.

Desde 2017, temos um auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 30.058.

Em fevereiro de 2023, a Viabahia tomou conhecimento sobre decisão liminar proferida suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, sob condição suspensiva de atualização da garantia ofertada, em ação autônoma que os demais responsáveis tributários propuseram em face da Receita Federal. Os assessores jurídicos externos da Viabahia entendem que os efeitos dessa decisão se aplicam à Viabahia.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como possível o prognóstico de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

24. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,7% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorreriam a partir de 2026.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o encerramento do Contrato de Concessão. Com isso, os valores registrados pela Companhia referentes a provisão para manutenção foram revertidos na sua totalidade.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

Descrição	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Provisão para manutenção	20.586	(20.586)	-
Encargos financeiros (i)	1.645	(1.645)	-
Total	22.231	(22.231)	-

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente.

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(9.769)	(12.211)	(14.654)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	10.495	7.872	5.248

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	7,43%	9,29%	11,15%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12,25%	9,19%	6,13%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Descrição	Classificação Inicial pelo CPC 38	Saldo em 31/12/2024	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	76.391	Custo amortizado
Passivos financeiros			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	131.482	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	113.000	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	13.896	Custo amortizado

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, pode ser assim sumariado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	119.152	220.643
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	21.404	25.544
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(76.391)	(36.182)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	-	-
Dívida líquida	64.165	210.005
Total do patrimônio líquido	738.146	658.838
	0,09	0,32

26. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de maneira regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

27. Transações não envolvendo Caixa

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Cessão de crédito de risco sacado no montante de R\$ 39.196 (R\$ 14.909 - Em 31 de dezembro de 2023), vide Nota Explicativa nº 10.3.

28. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	89.969	Setembro/25
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.000	Setembro/25
Riscos nomeados	Equipamentos rodoviários	640	Maió/25
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	166.470	Outubro/26
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/25
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/25

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Risco de engenharia / nomeados e operacionais: cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- Garantia de execução da obra: seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- Seguro de responsabilidade civil geral: cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- Seguro de responsabilidade civil administradores: cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.

29. Eventos subsequentes

Programa Desenrola

O Desenrola é um programa previsto na Lei 14.973/2024, voltado às dívidas com as autarquias e fundações públicas federais (como IBAMA, INMETRO, ANTT, ANS, DNIT, entre outros) o programa prevê, no art. 22 da lei, a transação extraordinária, que concede ao devedor condições mais favoráveis para quitar os seus débitos não tributários. A transação extraordinária prevê benefícios como parcelamento e desconto. Os descontos variam de 5% a 70% e dependem do perfil do devedor, prazo escolhido para pagamento, do tempo que o débito está inscrito em dívida ativa e da abrangência da dívida incluída na negociação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 27 de janeiro de 2025, foi publicado o despacho nº 00189/2025/09.08.1700/ENAC/PGF/AGU, processo NUP.00407.074736/2024-27, autorizando adesão ao Programa Desenrola, referente aos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT, com desconto de 49,24%, sobre o valor de R\$ 15.093 (vide Nota Explicativa nº 12), mediante pagamento no montante de R\$ 7.661 em parcela única até o último dia do mês, efetuado no dia 28 de janeiro de 2025.

Prorrogação do encerramento da concessão

Conforme fato relevante divulgado no dia 20 de março de 2025, a Companhia formalizará o aditivo necessário para a transição da gestão das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528 para o DNIT, em uma data posterior àquela indicada no acordo de encerramento do Contrato de Concessão homologado pelo TCU no dia 05 de fevereiro de 2025, a despeito de a Companhia ter envidado seus melhores esforços para possibilitar a celebração do aditivo no prazo previamente informado, tendo em vista a necessidade, por parte das autoridades governamentais relevantes, de maior prazo para a conclusão dos procedimentos necessários para a celebração do aditivo.

A Companhia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio até a celebração do referido aditivo.